



[Handwritten signatures]

ATA N.º 73/XIII-4.º/2021-25

1 - Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, pelas 21H00, na Sala Pablo Neruda no Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, na Freguesia de Almada, realizou-se uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia:

- 3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo para apoio à Atividade Desportiva a desenvolver nas Instalações Desportivas Municipais, na época desportiva 2025/2026”;**
- 3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Cedência de Instalações Desportivas em Equipamentos Escolares para a Época 2025/2026 – Reprogramação financeira do plano orçamental e alteração orçamental”;**
- 3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de celebração de Acordo de Colaboração entre o Município de Almada e o AE Francisco Simões para requalificação das instalações sanitárias e adaptação a utilizadores de mobilidade reduzida na EBS Francisco Simões – apoio financeiro de 34 625,85€”;**
- 3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Ratificação Despacho Adenda Continuidade Resposta Acolhimento Noturno para PSSA”;**
- 3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Municipal de Redução de Ruído”;**
- 3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento Agroparque Terras da Costa e do Mar - Aprovação do relatório de ponderação e envio da versão final do regulamento para a Assembleia Municipal”;**
- 3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “8/EOP/2025 - “CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL E BEM ESTAR ANIMAL E REQUALIFICAÇÃO DA QUINTA DA ALEMBRANÇA, FEIJÓ” – Aprovação da decisão de contratar, autorização e program. despesa, escolha e peças do proc., Júri, Gestores do Contrato e CSS”;**
- 3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Jardim de Infância de Marco Cabaço e Estaleiro da JF Charneca. Regularização de registo”;**
- 3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de material para apetrechamento da Escola Básica n.º 1 da Trafaria e Escola Básica de Fonte Santa, reprogramação financeira plurianual do plano”;**
- 3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de periféricos informáticos - Reprogramação Financeira Plurianual do Plano”;**
- 3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de serviços de inspeções de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes do Município de Almada, pelo prazo de 2 anos, reprogramação financeira plurianual do plano”;**
- 3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN00415S2025 para “Aquisição de serviços de cópia e impressão, em regime de outsourcing, para serviços municipais, e escolas do 1º ciclo, 3º ciclo e ensino secundário, pelo prazo de 3 anos”;**



- 3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de serviços técnicos especializados de manutenção e conservação dos relvados desportivos naturais da Pista Municipal de Atletismo Alberto Chaiça, pelo prazo de 14 meses, reprogramação financeira plurianual do plano”;
- 3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN005732024 para aquisição de serviços de SOC - Security Operation Center pelo prazo de 2 anos”;
- 3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Serviços de manutenção da plataforma informática para gestão integrada da Habitação Municipal e aquisição de módulo Financeiro - Ajuste direto nº AD001125S2025 - Reprogramação Financeira Plurianual do Plano”;
- 3.16 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição e distribuição de fruta e produtos hortícolas nos estabelecimentos educação e ensino do Pré-Escolar e 1º Ciclo do EB da rede pública do Concelho de Almada, no ano letivo 2025/2026, reprogramação financeira plurianual do plano”;
- 3.17 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Almada e o Clube Desportivo Cova da Piedade. Aprovação”;
- 3.18 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato Interadministrativo com a UF Charneca de Caparica e Sobreda para beneficiações na divisão com entrada pelo n.º 9A, do edifício municipal sito na Praça Aquilino Ribeiro, N.ºs 9, 9A e 9B, com vista à instalação da Sede Social do Clube Pedro Pessoa”;
- 3.19 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Modificação Objetiva Contrato n.º 3/2025 - Aquisição de serviços de controlo mecânico e químico de vegetação espontânea sem glifosato - Lote 2”.
- 2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.**
- 3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.**
- José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Sónia Raquel Mota Faria (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).
- 4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:**
- 4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD), Inês Pizarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS), António Paulo Júnior (CDU), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD) por impedimento de Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD) e Nuno de Avelar Pinheiro (BE) por impedimento de Fátima Maria da Silva Nogueira Marras (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Raquel Palhotas Pacheco (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Sofia Pinheiro (CHEGA):

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do/a Senhor/a Vereador/a José Luís Bucho (CDU) e Joana Rodrigues Mortágua (BE).

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os Senhores Múncipes João Rocha, Sabino Sequeira, Sónia Alves, Carla Machado, Pedro Rebelo e Maria Santana.

5.2.1 – O Senhor Múncipe João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ultimamente, tendo constatado a satisfação de todos os Múncipes residentes na União Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, principalmente nas zonas de Vale Fetal, Mar Cabaço, Vale Cavala, Quinta da Cerieira e Estrada Nacional 10.1, que faltavam asfaltar na Sobreda, pelo facto destes locais terem sido todos eles asfaltados pelo atual executivo, em conjugação com esta União de Freguesias, cujo montante de ruas perfaz um total de quarenta e duas ruas, nestes locais mencionados, bem como outras ruas já asfaltadas nesta União de Freguesias.

Acontece também que por várias vezes, o signatário tem sido interpelado, por moradores residentes nestes locais, relativamente a falta dos passeios nas mesmas, os quais foram pagos pelos proprietários destas, aquando da sua legalização da casa, em virtude destes terem sido considerados lotes destacados por este Município, originando assim que, as seus proprietários tivessem de pagar todas as infraestruturas, sendo apenas colocado nestas o saneamento base, bem como uma simples rega asfáltica.

Em relação aos passeios provavelmente esses ficaram esquecidos nalguns gabinetes, como era hábito isso acontecer, no passado recente.

Termino, transmitindo a todos os presentes, que o signatário quando vem falar a esta Assembleia Municipal deste Município, vem pelo facto de esta ser a casa da democracia deste Concelho, sendo nesta que se devem denunciar todos os factos verídicos e ilícitos que, ocorreram nesta velhinha Vila da Sobreda e não só, a qual me acolheu há quatro décadas e defenderei até a minha exaustão, passo então a citar o seguinte: na qualidade de responsável da AUGI da Quinta da Adega, após trinta anos, consegui levar o barco a bom porto, mas a navegação foi sempre com muita turbulência até 2017. Depois desta data, as condições atmosféricas, foram sempre mais favoráveis para os responsáveis das AUGI's, vulgo - Quinta do Perfume, Quinta do Guarda-Mor e Quinta da Adega, respetivamente, pelo apoio incondicional, que nos foi prestado sempre pela Senhora Presidente Inês de Medeiros, Vereador do Urbanismo José Pedro Ribeiro, Presidente Pedro Matias e restante executivo deste Município que, também nunca descorou o seu apoio quando solicitado, dado tratar-se de mais polémicas deste



Município, significa isto que o atual executivo reconverteu mais processos de AUGI's em sete anos e meio que, os executivos cessantes, em mais de quatro décadas.

Termino, transmitindo a todos os Sobredenses, Charnequenses e demais Munícipes, que devem entrar no site Infinito's da Junta de Freguesia da Sobreda ou em alternativa ler a entrevista publicada no jornal Almadense, no dia 1 de Maio de 2009, relativamente a governação da Junta de Freguesia da Sobreda, durante mais de quatro décadas, por uma força política, depois desta leitura, provavelmente, os seus leitores retirarão as suas conclusões políticas e não só."

5.2.2 – O Senhor Munícipe Sabino Sequeira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Sabino Sequeira e estou aqui em representação da Associação Recreativa e Cultural Almada Sul, o ARCAS, sita no Laranjeiro.

A ARCAS foi criada por vontade de um grupo de amigos há trinta e cinco anos.

Vou contar um pouco da história da ARCAS.

Trouxe aqui umas fotos para poderem ver.

Isto é a marcha da ARCAS na altura que não tem nada a ver com as marchas atualmente.

Tenho aqui a foto de um grupo de jovens que foram resgatados da rua, não porque estivessem a fazer mal, não estavam era a fazer nada e foi-lhes proposto criarem o Grupo de Teatro da ARCAS. Alguns deles não seguiram a representação, tiraram cursos superiores, mas tenho aqui 3três elementos que eu gostava de referir que é a Inês, a mais jovem do grupo, tem uma excelente voz, que sempre que interpretava uma canção, acabava sempre uma saudação de pé, uma emoção enorme, só quem assistia é que conseguia perceber.

Depois tenho aqui a Mafalda Pinto, que passou depois a integrar a Companhia de Teatro Ricardo Jorge sediada na Sociedade Filarmónica Operária Amorense, na Amora.

E a atriz principal que é a Sónia Castanheira, que nessa altura começou o seu interesse pelo teatro e estudou, faz traduções, escreve guiões e está integrada na Companhia de Teatro Extremo e muitas vezes é solicitada para representar noutras companhias.

A outra foto que eu tenho aqui para mostrar e como diz mesmo no rodapé "Recordação da Equipa de Andebol da ARCAS 200-2001". Queria falar de alguns elementos, há um que é o Pedro Barradas que foi atleta, foi arbitro e atualmente é treinador de andebol.

O Pedro Santos que infelizmente, teve que deixar o desporto, teve uma intervenção cirúrgica de um problema de saúde, mas continua junto de nós.

O desempenho e as conquistas da ARCAS constam do livro História do Andebol do Concelho de Almada 1944-2004 de Humberto Borges.

Tenho aqui outra foto que parece, mas não é uma equipa do Barcelona, era a equipa de futebol do ARCAS.

Muitos deles tornaram-se profissionais do futebol, mas há aqui dois elementos que eu gostava de referir, filhos de Almada, um é o Rodrigo Rego que depois jogou no Almada Atlético Clube, passou para o Sporting, do Sporting foi para o Varzim, teve umas épocas em Eindhoven, voltou ao Varzim para ajudar o Varzim a crescer, foi o pedido que lhe fizeram.

Depois tenho aqui outro miúdo um bocadinho ainda mais bolachudo na altura, já não é, também jogou no Almada Atlético Clube, foi para o Sporting jogar e continua a jogar no Sporting e na Seleção Portuguesa o Gonçalo Inácio.

Ora, nos últimos anos, houve uma vontade enorme de reativar o andebol da ARCAS e neste momento temos reunido diretores, dirigentes e amigos com muitos anos de andebol e há cerca de um mês conseguimos firmar um projeto sólido e hoje vimos aqui pedir à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Inês de Medeiros, ajuda



e ao Vereador Filipe Pacheco o seu empenho para que nós consigamos cerca de trinta e quatro jovens possam ter um espaço para treinar e jogar.

É este o pedido que tenho para fazer.”

5.2.3 – A Senhora Múncipe Sónia Alves:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Sónia Alves e represento os agricultores das Terras da Costa, represento a Aapacc.

Finda a discussão pública e aprovação tangencial na Câmara Municipal, encontra-se perante vós no dia de hoje para votação o projeto de Regulamento do Agroparque.

Estão os senhores membros desta Assembleia Municipal, perante um problema e uma oportunidade.

Um problema que se traduz na divisão que o projeto suscitou e suscita e que o processo longo só veio acentuar.

Um regulamento feito sem a participação dos agricultores e em muitos casos contra os agricultores que ao longo de décadas deram o melhor do seu esforço em prol da sua terra e subsistência.

Subsistir, estas famílias quer seja pela via da exigência de rendas e taxas insustentáveis, quer limitando muito no tempo o período de licença, não lhes permitindo recuperar investimentos que agora lhes são exigidos.

Avançar sem fazer o recenseamento de quem está a trabalhar a terra, não permitir aos agricultores uma palavra nos órgãos de gestão do Agroparque, e não apresentar solução de transição para quem não tenha condições de cumprir as regras é igualmente desumano. Porque irá lançar na miséria mais famílias cujas culturas são em muitos casos o seu único meio de subsistência.

Isto, para além de se avançar sem ter previamente resolvida a questão social das pessoas que ainda hoje habitam na zona, que se pretende intervencionar, quando a nosso ver, as pessoas que ali residem há décadas, têm o direitos adquiridos, foram elas que protegeram as Terras da Costa e que permitiram que as Terras da Costa sejam o que são hoje.

Pergunto Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhora Presidente;

Será que vamos ter nas nossas terras mais um facto consumado de demolições? É preciso que se saiba que é isso que hoje se está a votar. E nem se diga que a não aprovação do regulamento pode acentuar riscos dos moradores relativamente à APA, porque o que não falta são exemplos de construções autorizadas em zona protegida, nomeadamente a REN. Há zonas REN neste momento nas Terras da Costa onde foram casas pré-fabricadas colocadas recentemente. Portanto, se a APA não se pronunciou, se a Câmara Municipal não se pronunciou, há aqui qualquer coisa que está a falhar.

Aliás, o que se deve perguntar, é o que é que o executivo já fez junto da Administração Central para defender os agricultores em vez de também, só querer sacudir a água do capote de uma responsabilidade que também é sua.

Por isso, termino reafirmando, de que mais do que um problema, a Sessão de hoje encerra uma oportunidade, a oportunidade de cada um de vós decidir sobre o futuro das Terras da Costa.

De reenviar para a Câmara Municipal este regulamento para ser melhorado e consensualizada. É inefável o valor dos agricultores na construção, na proteção e no futuro das Terras da Costa.”

5.2.4 – A Senhora Múncipe Carla Machado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Carla Machado, eu sou Aapacc.

Peço a palavra para poder alguns comentários que foram apresentados pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, na última reunião de Câmara do dia 21 de julho, sobre a idoneidade das associações e dos seus representantes.



Os representantes desta associação, apenas têm como único objetivo a defesa do interesse coletivo dos agricultores e das Terras da Costa.

Ao contrário do que vem sendo afirmado, e prometido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, no que concerne ao Agroparque, os direitos não estão salvaguardados.

As expressões menos simpáticas vindas da Câmara Municipal só demonstram que esta associação está a fazer o seu papel, que é de intervir, clarificar e tentar proteger ao máximo os agricultores.

As atas que existem nunca foram facultadas às associações e às pessoas que intervêm nas reuniões de Câmara, afim de ser ratificado o seu teor.

De salientar, que todas as posições manifestadas nas reuniões de grupo de trabalho, vieram à luz no âmbito da consulta pública, porém, não resulta qualquer menção por parte da Câmara Municipal, se as mesmas foram acolhidas ou não.

Deve ser respeitado o direito de qualquer associação ou cidadãos de intervir, de participar nos atos administrativos que dizem respeito devendo ser salvaguardadas as eventuais posições contrárias. Pois é isto que representa a nossa democracia, é termos a liberdade de nos exprimirmos de forma livre e sem medos."

5.2.5 – O Senhor Munícipe Pedro Rebelo:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui em representação do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local.

Aquilo que nos traz aqui hoje, tem a ver com a fiscalização da WEMOB, que está na alçada, é uma Empresa Municipal, que está na tutela da Câmara Municipal, e aquilo que nos traz aqui hoje tem mesmo a ver com a vida das pessoas, tal como as intervenções que antecedem e era importante que esse exercício e o ponto de partida deste exercício fosse exatamente este.

A última vez que aqui viemos, em torno das questões dos trabalhadores da fiscalização, o STAL foi de alguma forma acusado de fazer melodrama, o dirigente foi acusado de fazer melodrama, aquilo que nós aqui viemos fazer é falar do concreto da vida das pessoas.

E o concreto da vida das pessoas começa no exercício do poder. O exercício de poder, leva-nos ao dia 18 de maio mais uma vez, nós insistimos nesta ideia, não sei se a Senhora Presidente está em condições de responder, tudo aquilo que estamos aqui hoje a afirmar, tem a ver com o exercício do poder e aquilo que são consequências desse exercício do poder, que era importante podermos falar disto de uma forma saudável, em vez de fazer uma das coisas que foram feitas na anterior reunião de Câmara que aqui viemos, que foi em vez de nos agarrarmos à resposta aos problemas que estão a ser colocados, tentar desqualificar quem fala, pelos vistos já aconteceu com outros, para tentar descredibilizar aquilo que é uma luta justa dos trabalhadores em torno dos seus próprios problemas. Podemos até discordar daquilo que está a ser dito e a ser feito, a verdade é que essa discórdia sendo ela democrática, aliás, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal até já colocou esta questão, podemos não concordar, mas temos aqui também o direito a discordar de uma forma saudável.

Então, o desafio que lançamos é que possamos contrariar democraticamente o que aqui é dito e resistir o mais possível a deturpação ou enviesamento da realidade.

Os trabalhadores da fiscalização, iniciam no período do verão, um aumento da fiscalização no caso da Costa da Caparica, pasme-se, o que é que aconteceu? Há um grau de absentismos que é superior aquilo que era esperado e a resposta não é mais pessoas, é passar de um fim-de-semana para três ou dois fins-de-semana por mês. Ou seja, a resposta não pôr mais gente, é pessoas que estavam a trabalhar um fim-de-semana por mês, passam a trabalhar entre três e dois fins-de-semana por mês.

Ora, basta ter família para perceber quais são os reais impactos disto, aliás, já agora não é preciso ter família, porque às vezes podemos fazer com o tempo aquilo que nos apetece independentemente de termos ou não termos família.



O STAL não foi consultado com esta alteração, não houve um mínimo de diálogo com os trabalhadores sobre esta questão e há pessoas que estão mesmo no fio da navalha, alguns deles até sem hipótese de deixar os filhos em alguns dos locais fruto dessa alteração.

Ora, se há necessidade de aumentar a fiscalização na Costa da Caparica, mas já agora, aumenta-se a fiscalização na Costa da Caparica, eventualmente, mas depois durante a semana não há fiscalização na Cidade. Portanto, há aqui qualquer coisa que não está a bater a bota com a perdigota, porque se o intuito é uma política de mobilidade, nós estamos com dificuldade em identifica-la. Porque é verdade que triplica a população na Costa da Caparica, mas também não é menos verdade que há necessidade de fiscalização aqui.

Por isso é que precisamos de conversar. Eu sei que é surpresa, espero que seja surpresa, viemos cá para tentar, se calhar não havia surpresa se houvesse diálogo. Se houvesse diálogo não havia surpresas.

Depois, ainda com uma outra questão. É que quando colocamos isto não estamos a falar de um ato burocrático, provavelmente, quando houver aqui uma resposta, diz-se: Está tudo no quadro da Lei, a Lei tem que corresponder às necessidades das pessoas. A verdade é que a Lei também não obriga a essa alteração, possibilita. Então, vamos lá humanizar aqui o processo laboral, vamos lá ver como é que conseguimos fazer face aquilo que em princípio será estratégia que o executivo tem de fiscalização e vemos como é que vamos equilibrar a vida das pessoas e as necessidades públicas de fiscalização com tudo o que isto significa de remoção, de fiscalização, não apenas de fiscalização de trânsito, mas de estacionamento taxado.

Então, o que é que aqui trazemos? A suspensão da imposição da escala do mês de agosto, parar com o processo para o mês de agosto, que haja uma consulta ao STAL com as razões exatas que motivam essa alteração de um fim-se-semana para dois ou três fins-de-semana, o reforço de pessoal e em simultâneo a aficção das razões do aumento do absentismo.

Por último, era importante que a Senhora Presidente da Câmara Municipal, se pudesse dirigir ao STAL mas principalmente aos trabalhadores, tendo como ponto de partida aquilo que são as consequências para a vida destes trabalhadores, porque quando se desqualificam os seus representantes, estamos a alimentar a possibilidade que o dia 18 de maio se agudize. Estamos a falar das eleições legislativas e a tendência à fascização e à falta de respeito pelos direitos das pessoas, que o pequeno poder local tem responsabilidades apesar de às vezes não parecer. Podem até reprimir, mas nós cá estaremos em todas as circunstâncias para aquilo que vier."

5.2.6 – A Senhor Múncipe Maria Santana:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu represento as Terras da Costa e os agricultores das Terras da Costa. Sou nascida há setenta anos nas Terras da Costa, filha de agricultores, neta de agricultores, bisneta de agricultores. Onde eu estou há setenta anos, já viveram lá todos os meus antepassados. Toda a minha família tudo agricultores. Portanto, eu defendo os agricultores das Terras da Costa. Os agricultores que sempre trataram as terras para aquilo que eles são hoje e eu defendo esses agricultores.

Já fiz parte da Assembleia Municipal há quarenta e tal anos, estive presente em quase todos os processos contra a Câmara Municipal a defender os agricultores, e faço tudo em prol dos agricultores, dos meus pais da minha família, de todas as pessoas que trabalharam aquelas terras.

Eu falo em prol dos sacrifícios e tudo o que eu vi e defendo tudo o que foi feito por eles. Os meus pais nunca abandonaram a agricultura nós nunca abandonamos a agricultura, foi ali naquele terreno bom ou mau que enfrentaram tudo. E eu por essas pessoas, a minha família por parte do meu pai e da minha mãe, que trabalharam as terras, e sempre tiveram convites para um dia e organizaram as coisas para que um dia aquilo pudesse ser para os filhos deles.

Mas eu venho aqui falar sobre o Agroparque. Nós já vimos a trabalhar sobre esse assunto há bastante tempo, temos visto um esforço da Câmara Municipal e de todos os parceiros a desenvolverem algum trabalho talvez com a intenção de resolver algumas situações dos agricultores. Pedia surgir algumas oportunidades e eu estou nessa esperança, não vou pôr tudo contra, acho que se deve fazer alguma coisa.



Também uma outra situação que eu tenho que aqui falar. Este processo tem havido um bom empenho da Câmara Municipal e dos parceiros. Agora para as pessoas pode ser bom, pode ser mau não sei. Agora, há pessoas que querem direitos iguais, não concordo, e por isso estão contra mim. Não concordo porque foram muitas famílias que trabalharam as terras e estiveram sempre no terreno. E penso que essa situação tem que ser bem avaliada se o Agroparque for para a frente. Porque as pessoas têm que saber quem lá está, quem não está, quem vive das terras, quem não vive das terras. Estamos aqui a falar no caso de terras em que a Senhora Presidente da Câmara diz que as casas não têm nada ver com esta situação. Portanto, estamos aqui a trabalhar.

Eu falo a verdade, e sou a verdade, eu vi, eu participei, eu estive lá, eu sei o que foi o sacrifício destas pessoas. Não é agora chegar lá com tratores, com máquinas, com regas, com não sei o quê. Não. Eu não posso aceitar que seja direito iguais para todos os agricultores. Há que analisar essa situação, embora as pessoas não gostem, mas eu tenho que dizer que sim e o que eu penso que é verdade. E depois ainda sou chamada de abutre. Abutres são as pessoas que foram ocupar terras que se calhar não lhes pertenciam, aí se calhar são abutres. Eu estou há setenta anos lá, os meus pais e os meus avós são de lá.

Portanto, eu peço à Senhora Presidente, a todos os presentes, que se baseiem nisto e façam o que bem entenderem.”

5.3 – Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).

5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Independentemente, de todos os cidadãos que aqui vêm, concordemos ou não, merecem o nosso respeito e eu respeito todas as opiniões e nomeadamente, a opinião da última múnice que aqui esteve a falar.

Mas, evidentemente, que o CDS-PP conhece desde há muito este problema das Terras da Costa. E Senhora Presidente, está a ir pelo mau caminho. A Senhora Presidente criou uma comissão onde fingiu que dialogou com os agricultores, mas o resultado final está à vista. Tem esta maioria destes agricultores que aqui estão, mais com certeza os que ficaram em casa que não puderam vir porque têm que trabalhar amanhã, a Senhora Presidente desiludiu todos. Fez uma comissão onde fingiu que dialogou, mas não dialogou com nada com Senhora Presidente. Isto tem sido o espelho do seu mandato estes últimos quatro anos.

Portanto, Senhora Presidente, eu sei que ainda vamos discutir mais esta proposta, mas eu faço-lhe aqui um repto Senhora Presidente, retire a proposta que tem aqui a apresentar nesta Assembleia Municipal. Vá dialogar novamente com estes agricultores e com estas pessoas que aqui estão. São filhos da terra que conhecem as terras há muitos anos, têm aqui muito suor e muito dinheiro empregado. A Senhora Presidente tem toda a legitimidade porque é Presidente, mas não tem legitimidade de ultrajar as pessoas que aqui estão. Portanto, aquilo que eu lhe peço, é que retire a proposta para bem de todos e acima de tudo destes agricultores.”

5.4 – Para Defesa da Honra nos termos do N.º 1, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

5.4.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta minha primeira intervenção é mesmo no sentido de pedir a defesa da honra relativamente ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, que diz que eu venho ultrajar estes agricultores. Sobre o resto da sua intervenção eu responderei a seguir, mas já agora, diga onde ultrajei seja quem for. Agora, há uma coisa que eu lhe posso garantir porque houve reuniões assinadas, em cinco reuniões que nós tivemos sobre este Agroparque, o CDS esteve uma vez. O CDS acha que dialoga mais com os agricultores, mas sentar-se à mesa a negociar, não está nas suas capacidades, nem vontades.

Portanto, eu agradeço que o Senhor Deputado Municipal, que aparentemente dialoga com tanto às escondidas, não se senta à mesa das negociações, explique lá onde é que os agricultores foram ultrajados”



[Handwritten signatures]

5.5 – Resposta ao pedido de Defesa da Honra nos termos do N.º 2, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado António Pedro Maco (CDS-PP).

5.5.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, ultrajou. Mais uma vez peço-lhe que utilize o dicionário e faça dessa palavra aquilo que entender.

A Senhora Presidente não tem capacidade para estar aí sentada. E Senhora Presidente está a fazer mal a estes agricultores. Não gosta de ouvir, eu percebo. Eu não estive presente nas reuniões porque eu trabalho Senhora Presidente, eu não sou funcionário público, eu não posso estar nas reuniões. Eu não tenho avenças, não tenho tachos e, portanto, não posso estar presente. Sabe o que é isso, sabe o que é trabalhar? Se calhar não sabe.”

5.6 – Na continuação dos esclarecimentos aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

5.6.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, se me permitir, eu passaria a palavra ao Senhor Vereador Filipe Pacheco, porque há duas questões que aqui foram levantadas relativamente à ARCAS e relativamente à WEMOB.

Embora o representante do STAL se tenha dirigido a mim especificamente e ache que eu não ligo e que eu não sei o que são pessoas. Como sabe, a WEMOB não são funcionários públicos, não são fazer parte da Câmara Municipal, é uma empresa municipal e tem uma administração e tem uma Assembleia Geral e, portanto, será o Senhor Vereador Filipe Pacheco ou a Senhora Vereadora a responder.

Mas agora eu devo dizer que, quando me fala de pessoas e que nós não respeitamos o poder, sabe que hoje até recebi duas sentenças que o STAL pôs contra a Câmara Municipal sempre nesse discurso, que nós não respeitamos as pessoas, que nós não respeitamos o código laboral, que nós exercemos o poder de forma abusiva. E eu vou ler a sentença, são duas, mas com muitos trabalhadores e diz o seguinte: nos termos e com os fundamentos expostos, julga a presente ação improcedente por não provada e em consequência absolve a entidade de mandada do pedido. Portanto, absolveram a Câmara Municipal e condenou o sindicato autor nas custas devidas sem prejuízo da isenção que beneficia.

Portanto, Senhor Pedro Rebelo, pode vir fazer a sua filosofia que nós já sabemos, os seus discursos inflamados, mas felizmente, ainda há um enquadramento legal. E há uma coisa que eu lhe digo, ninguém como nós, mais protege os trabalhadores, sabe porquê, porque cumpre a Lei. E é coisa que pelos vistos os senhores nem sequer conhecem e por isso é que andam a enganar as pessoas.”

5.6.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo ao Senhor Pedro Rebelo do STAL, nós evidentemente que valorizamos o papel dos sindicatos, o papel do diálogo e da negociação, foi por isso aliás, que na questão das carreiras estivemos cerca de dois anos de negociação, mas também é importante que os dois lados da negociação valorizem essa dimensão do diálogo e que ele vá a algum lado, porque senão estamos só a perder tempo.

Relativamente às questões que colocam e foi importante também ouvir, toda a questão dos turnos da fiscalização está evidentemente como não podias deixar de ser dentro da Lei. O trabalho da fiscalização está a ser muito importante ao fim-de-semana porque estamos a conseguir cada vez mais e há essa necessidade de regular as dimensões da mobilidade principalmente na Costa da Caparica. Temos também aqui três dimensões, mobilidade maiores necessidades na Costa da Caparica, reforçar também a fiscalização em Almada Cidade, e dar cumprimento aquilo que o novo Regulamento de Estacionamento, que abrange muito mais áreas e foi para



isso também que temos recrutado cada vez mais pessoas para a fiscalização. Portanto, tentando responder de forma muito breve, aquilo que eu posso dizer é que estão sempre garantidos dois fins-de-semana aos trabalhadores e muitas vezes junta-se a folga para um terceiro dia e eu tenho aqui as escalas e isso está garantido.

Depois, respondendo ao Senhor Município Sabino Sequeira do ARCAS, um abraço, eu lembro-me do ARCAS quando jogava andebol, nós já falamos, estivemos uma hora a falar, é importante que o ARCAS queira voltar com o projeto desportivo.

Aquilo que posso dizer ao ARCAS é o seguinte: como vocês sabem, já vos foi transmitido, há um regulamento de cedências de equipamentos desportivos, eu até estou muito à vontade para dizer que este executivo aumentou em mais de 50% o número de horas de pavilhões cedidos a clubes, isso levou, foi o principal fator que na última época desportiva nós tínhamos tido um número de atletas federados de 13%, é mesmo muito e, portanto, aquilo que era preciso o ARCAS era vir a tempo na altura que está previsto no ano para que os clubes se candidatem à cedência de equipamentos desportivos, como os senhores sabem vieram já depois do processo. Ainda assim têm o compromisso da Câmara Municipal que se em setembro houver clubes a abdicar de alguns horários, nós poderemos atribuir aos clubes que ainda necessitam deles. Sabem esse trabalho e contam também com toda a nossa ajuda e com o compromisso de agenda própria de trabalho convosco.”

5.6.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por dar as boas vindas nesta reunião de Câmara a todos os agricultores.

Relembrar de uma forma muito breve aquilo que são os objetivos do Agroparque.

O primeiro objetivo e isto sempre foi dito, foi a qualificação ambiental, mas muito importante a dignificação das populações residentes, acabando com a situação de precaridade de ocupações indevidas das terras. Como já foi dito e repetido inúmeras vezes, no Regulamento do Agroparque, não está mencionado e não trata de nada que diga respeito às habitações. Nada.

Relativamente à questão que a Senhora Sónia Alves colocou sobre as construções pré-fabricadas, posso descansar-la que elas foram construídas após o parecer da CCDR, por justamente serem em REN.

Mas volto a dizer, esse é um facto menor porque as casas não estão incluídas no regulamento. Não deixo de deixar algo estranho, que seja justamente, a Senhora Sónia Alves. Que venha aqui dizer, que não houve participação dos agricultores. Até porque nós fizemos todo este trabalho com a Senhora Sónia Alves, que era a representante supostamente, dos agricultores. Portanto, se os agricultores não sabem do processo, eu acho que não é a nós que têm que pedir justificações. Foi a quem esteve durante todo o processo e eu agradeço o esforço, esteve no processo em todas estas cinco reuniões, sempre com grande intervenção, estas cinco reuniões onde chegamos a consensos e tenho todo o gosto em distribuir as atas, não há problema nenhum, nem dificuldade nenhuma. Deixem-me aliás dizer que, nestas reuniões todas, para além das duas associações de agricultores onde também estava a Senhora Carolina e não só, estava a ARCAS estava a Senhora Carolina, a ARCAS tinha dois representantes a Senhora Valentina Rosa e até temos aqui a folha de presenças. E depois das forças políticas, quem esteve em todas as reuniões foi a CDU, foi o Bloco de Esquerda, foi o CHEGA, o PSD só esteve em três reuniões e o CDS só esteve numa reunião e o PAN pediu-nos até para pormos ao corrente que nós comunicássemos porque informou logo no início que não poderia estar. E não poderia estar porque as reuniões foram à noite Senhor Deputado Municipal António Maco. O Senhor Deputado António Pedro Maco de facto, não sabia que trabalhava à noite, agora o que eu sei é que inclusivamente, o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, enquanto Deputado Municipal recebe dinheiro para ter um assessor e se não podia, podia lá ter o seu assessor. Ou já não contratou o assessor e o que é feito do dinheiro do assessor. Foi uma das grandes coisas que nós criamos, foi que todas as forças políticas representadas, pudessem ter direito a um apoio. Portanto, se de facto me diz que não pôde estar nunca porque está ausente, eu pergunto o que é feito da assessoria que todos os almadenses lhe pagam. Porque é com dinheiro público. Diz mal dos funcionários públicos, mas gosta de receber o dinheiro público. Portanto, Senhor Deputado sobre esta matéria estamos entendidos.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Agora, vir dizer que isto foi sem a participação dos agricultores, não deixa de ser irónico e ainda bem que estão aqui muitos agricultores, porque o que eu disse e volto a repetir, relativamente à intervenção da Senhora Carla Machado, é que eu começo a ficar preocupada, quando falo com agricultores e eles me dizem que não sabem nada do que foi discutido e consensualizado. Porque o texto que aqui está foi todo consensualizado, artigo a artigo.

Eu hoje vi o apelo para vocês cá estarem todos e juro que fiquei incrédula. No apelo dizia que ao fim de três anos iam ficar sem terra, eu posso dizer aqui, que corriam o risco de ficar sem terra ao fim de três anos. A proposta do regulamento dos contratos, era para sete anos renovável automaticamente. Depois da consensualização o primeiro contrato é para quinze anos renovável por sete. Portanto, quando vi o apelo para aqui estarem, eu pensei que não podia ser a Senhora Sónia Alves a escrever. Eu tenho todo o gosto em ler, posso é já não ter mais tempo. É um print da vossa publicação. Até daqueles que nunca se associaram, até dos que têm medo, porque quando a água faltar, quando os contratos forem de três anos, quando os terrenos forem entregues a outros vai ser tarde de mais. Quando é que os contratos vão ser de três anos? Quando? Foi-nos proposto quinze anos, e que nós aceitamos.

É óbvio que quando há um apelo e são todos bem-vindos aqui à reunião de Câmara, quando há um apelo, mal seria se não soubesse as razões desse apelo, parece-me normal que eu saiba. E volto a dizer, tenho todo o gosto em receber-vos aqui e responder a todas as perguntas. Desde que tenha tempo para isso. Agora, o que me choca, é que esse apelo seja feito com verdadeiras falsidades que não estão no regulamento. Não estão no regulamento. E até vos digo, podem procurar no regulamento, o artigo 21.º, n.º 5, em que está escrito, cabalmente, que o prazo do contrato é quinze anos, renovável automaticamente, sucessivamente por sete anos, a menos que haja razões de força maior. Como em todos os casos. Porque há uma coisa que volto a dizer, e volto a dizer a missão do Agroparque. A missão do Agroparque é que todos aqueles que estão a trabalhar a terra, sem um documento que legitime o trabalho da terra, sem a possibilidade de recorrer a apoios, sem a possibilidade de ter qualquer tipo de ajuda, sem a possibilidade daquilo que os agricultores mais nos têm pedido que até são formações, a possibilidade de ter justamente uma diversificação dos seus produtos, sem a possibilidade de participarem na marca que vamos criar para a valorização dos vossos produtos, não o podem fazer porque estão de forma irregular a ocupar terrenos municipais. E mais, se virem as condições do concurso, e aí eu sei, eu conheço a posição da Senhora Carolina e que não vai ficar satisfeita, sabe porque é que conheço, porque a Senhora Carolina também esteve em todas as reuniões e o que eu assisti hoje é que a Senhora Carolina desde o início tem sido coerente e não está aqui a dizer uma coisa que é o contrário do que disse nas reuniões. E se me permitirem eu sei que o que a Senhora Carolina pede, de facto não está no regulamento, que é uma prioridade para as famílias mais antigas, e a prioridade que lá está é para aqueles que hoje estão a trabalhar as terras e isso está lá no regulamento. E posso vos ler os critérios, e por isso é que há dois anos vos pedimos para se irem inscrever, para identificarem o terreno onde está e se não sabem que se devem inscrever, então também devem perguntar à vossa representante porque é que não sabe. Se não sabem que tiveram dois anos para se inscreverem, eu se fosse a vocês pedia contas, mas não era à Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal publicou, a Câmara Municipal pôs editais, a Câmara Municipal fez dinamização no local, a Câmara Municipal fez tudo para comunicar. Mas a Câmara Municipal em boa fé, acredita que os representantes dos agricultores transmitem as informações aos agricultores.

O meu tempo está certamente no fim e fica desde já, aqui o meu compromisso e como sabem eu não sou do género a ter medo de ir falar com as pessoas, nenhum. Aliás, o projeto do Agroparque eu fui lá às terras apresenta-lo. Portanto, tenho todo o gosto em ir lá explicar-vos mais uma vez, ponto por ponto, artigo por artigo, aquilo que de facto está em cima da mesa. Só lamento que as inúmeras reuniões que tivemos, as sessenta e sete participações recebidas, onde é que estão aqui o número de reuniões. Para além das cinco reuniões do grupo de trabalho, já sobre o texto, antes mesmo da consulta pública, houve aliás a visita até houve viagens, até fomos visitar um Agroparque semelhante para todos aqueles que se quiseram inscrever. Todos. Todos os que se quiseram inscrever foram lá.



Mas volto a dizer, tenho todo o gosto em ir explicar ponto por ponto, artigo por artigo, exatamente para saberem o que é que hoje vai ser votado. E uma coisa vos garanto, podem vos tentar enganar da forma como quiserem, agora a situação de precariedade que estão a viver, graças a este esforço, deixarão de estar.”

5.7 – Para Defesa da Honra nos termos do N.º 1, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).

5.7.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra para defesa da honra porque foi cometida aqui uma inverdade, ou uma mentira. Eu aqui em lado algum da minha intervenção disse que estava contra os funcionários públicos. Portanto, acho que merecem o nosso melhor respeito e o que foi dito aqui foi mentira.

Senhora Presidente, nós vamos ter eleições autárquicas esperemos que haja uma renovação em todo o país e que nos possamos livrar de Presidentes de Câmara com responsabilidade, com argumentos básicos, com linguagem básica, com linguagem rasca, e que fazem e proferem intervenções delirantes.”

5.8 – Resposta ao Pedido de Defesa da Honra nos termos do N.º 2, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

5.8.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sinceramente nem sei o que é esta defesa da honra, eu acho que todos nós ouvimos o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco a dizer: “eu trabalho, não sou como os funcionários públicos”. Penso que isto está gravado. Portanto, se alguém devia pedir desculpa por ofender a honra das pessoas era o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco a honra dos funcionários públicos, que eu tenho muito honra em defender aqui enquanto Presidente da Câmara Municipal, pelo menos todos aqueles que são trabalhadores da Câmara Municipal e que dão o seu máximo o tempo todo. Já o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, pelos vistos, acha que o adequado e a linguagem não rasca é ir dizer: “eu trabalho não sou como os funcionários públicos”. Eu também não sou funcionária pública, mas tenho muito orgulho nos nossos funcionários públicos.”

5.9 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, art.º 51, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU).

5.9.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes das razões que me levaram a pedir a palavra para vir a este microfone, quero aqui elaborar um veementemente protesto em nome da CDU.

Um lapso, dizer que estamos numa reunião da Câmara Municipal quando estamos num Assembleia Municipal, toda a gente tem e é compreensível. Dois lapsos iguais já começa a ser difícil de compreender.

Agora, levantar-se do seu lugar, desafiar os cidadãos para irem discutir lá fora, com este órgão em pleno funcionamento, é algo que o Senhor Presidente desta Assembleia Municipal e este órgão não podem aceitar sem um veemente protesto. Foi isso que aconteceu há minutos.

Agora as razões que me levaram a pedir a palavra.

Relativamente ao Agroparque e ao Regulamento do Agroparque que está agendado para esta Sessão Extraordinária, a CDU tem uma posição não vai aqui antecipar essa posição, mas precisa de clarificar uma questão.

Na reunião de Câmara onde esta proposta foi votada e já hoje aqui nesta Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, insiste em afirmar que o grupo de trabalho atingiu consensos relativamente ao articulado deste regulamento e isso não corresponde exatamente à verdade. Não houve consensos.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Consenso é uma coisa muito objetiva e que obriga a que as partes estejam todas de acordo, e não foi isso que aconteceu. O que aconteceu foi que, sistematicamente, quando a Senhora Presidente da Câmara Municipal não concordava com as propostas que as forças políticas ou que os agricultores faziam, vingava a sua proposta e dizia: "está o assunto arrumado, esta proposta é que fica válida". Isto não é consenso, isto não se pode chamar consenso. Isto foi a vontade da Câmara Municipal, manter-se e sobrepor-se à vontade de todas as outras partes envolvidas.

Não coloca aqui nenhuma questão de legitimidade., a autoria do regulamento é da Câmara Municipal, agora não chame a isto consenso.

E não fale em atas, porque atas também é uma coisa bem concreta. Uma ata tem uma regra para ser elaborada e para ser aprovada e votada, e não houve rigorosamente votação nenhuma. A CDU participou em todas as reuniões do grupo de trabalho, eu próprio participei em quatro das cinco reuniões do grupo de trabalho, nunca ouvi a leitura de nenhuma ata, nunca fui chamado a votar nenhuma ata. Portanto, não podemos falar em atas das reuniões do trabalho do grupo de trabalho. Há registos com certeza, haverá registos da Senhora Presidente e dos serviços da Câmara Municipal, agora atas da reunião do grupo de trabalho não há.

Ainda sobre esta matéria uma última nota, que nos atrevemos a sugerir que a Senhora Presidente da Câmara Municipal faça exatamente aquilo que há pouco aqui disse que queria fazer, retire esta proposta da agenda de trabalhos hoje, e vá ter com os agricultores, com todos os agricultores, e explique uma a uma, os artigos que constam deste regulamento. A Senhora Presidente acabou de dizer que estava disponível para ir junto dos agricultores explicar artigo a artigo deste regulamento, está gravado, a Senhora acabou de o dizer.

Sobre o Agroparque havemos de conversar mais adiante nesta reunião.

A última questão que aqui me trouxe, tem a ver com uma situação que infelizmente, é recorrente nesta Assembleia Municipal. Que é a vinda até nós do Sindicato representativo dos trabalhadores, neste caso dos trabalhadores da WEMOB, colocar questões que têm a ver com a qualidade de vida e qualidade de trabalho dos trabalhadores da Autarquia. Não ponho em causa nem pomos em causa que a empresa municipal esteja a atuar fora da Lei, o que nós pomos em causa é uma questão política de fundo, é que a Câmara Municipal não precisa de atuar nos termos restritos da Lei, a Câmara Municipal podia, ainda mais presidida por um partido que se diz de esquerda e pessoas que se dizem de esquerda, devia ter outra atenção à qualidade de vida dos trabalhadores, e é lamentável, que ouçamos nesta Sessão da Assembleia Municipal, quer da Senhora Presidente, quer do Senhor Vereador, a justificar os prejuízos que são colocados à vida dos trabalhadores, através da imposição da Lei, que todos sabemos que é uma Lei restritiva, que é uma Lei que não defende os direitos dos trabalhadores."

5.10 – Para Defesa da Honra nos termos do N.º 1, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

5.10.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sinceramente, que eu saiba, eu posso levantar-me do meu lugar quando entendo.

Eu nunca disse que retiraria a proposta, nunca. Até convidei os agricultores a ficarem para o debate. Portanto, é falso, disse que estou disponível para ir falar com os agricultores, mas nunca disse que estava disponível para retirar a proposta. Nunca.

Depois, quero deixar claro, que uma coisa é a reivindicação que o STAL veio aqui fazer para a WEMOB, outra coisa é o facto de o STAL estar sistematicamente a pôr a Câmara Municipal em Tribunal, até por outras razões, e esta sentença nem sequer diz respeito à WEMOB, e sistematicamente, naturalmente, a Câmara Municipal ganha processos, porque como disse o Senhor Deputado Municipal, a CDU defende que nós não somos obrigados a cumprir a Lei, desde o meu primeiro ano de mandato quer ouço isso, se não concorda com a Lei não a cumpra. Pensava que a CDU já se tinha deixado desse discurso."



5.11 – Resposta ao pedido de Defesa da Honra nos termos do N.º 2, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU).

5.11.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente tem uma arte especial de deturpar aquilo que é dito. Eu utilizo a palavra deturpar com todo o rigor. Eu não disse que a Senhora Presidente não cumpria a Lei nem apelei a que não cumprisse a Lei. O que eu disse foi que a senhora não é obrigada a ir pelo sentido mais restrito da Lei, não é. Porque senão Senhora Presidente, pagava o salário mínimo a todos os trabalhadores da WEMOB porque o salário mínimo é de Lei, mas a Senhora não paga o salário mínimo a todos os trabalhadores da WEMOB, paga mais do que isso. Mas a Lei permitia-lhe que pagasse. A Lei permite pagar acima do salário mínimo como permite que os trabalhadores não sejam obrigados a trabalhar três fins-de-semana num mês. É tão simples quanto isto. A Lei permite as duas coisas. Num caso a Senhora Presidente respeita, no outro caso não respeita. E isto é lamentável. Isto é profundamente lamentável. Num partido que gere esta Câmara Municipal, que se diz um partido de esquerda democrático e que defende os trabalhadores, é lamentável que recorrentemente, sejamos confrontados nesta Assembleia Municipal, por vindas do sindicato representativo dos trabalhadores da empresa municipal WEMOB, colocar questões que têm a ver com a vida e com a qualidade de vida e de trabalho dos trabalhadores da WEMOB:”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo Falecimento de José Revés apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU);

6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palama (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Natural de Castro Verde, José Inácio Coelho Revés faleceu aos 80 anos de idade no passado dia 16 de julho em Almada, a cidade que, ainda jovem, adotou para viver e trabalhar.

No seu percurso profissional, José Revés foi operário no Arsenal do Alfeite, funcionário do Partido Comunista Português e trabalhador dos quadros da Câmara Municipal de Almada.

Enquanto trabalhador da Câmara Municipal de Almada, afirmou sempre a intransigente defesa do serviço público vinculado aos valores da Revolução de Abril, dedicando-se ao trabalho no coletivo sindical, contribuindo ativamente para a construção de um sindicato unitário e de classe.

Em 1986, foi eleito para a Direção Regional de Setúbal do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), tendo assumido a coordenação desta Direção Regional até 1997. Entre 1989 e 1997, foi eleito membro da Direção Nacional e entre 1993 e 1996 foi membro do Conselho Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN). Integrou posteriormente a Inter-Reformados, de cuja direção fazia parte no momento do seu falecimento.

Como resistente antifascista, foi um dos impulsionadores das atividades das Escolas do Desportivo na Cova da Piedade, designadamente dos cursos de preparação dos trabalhadores para os exames do liceu, da biblioteca, de debates e da divulgação do teatro, tendo assumido neste âmbito a autoria da encenação de uma versão de “A exceção e a regra”, de Bertold Brecht.

José Revés era membro do Partido Comunista Português desde 1968, tendo integrado antes da Revolução do 25 de Abril o Comité Local da Cova da Piedade e o Secretariado da Célula do Arsenal do Alfeite, destacando-se na luta de resistência ao fascismo.

Nessa qualidade, foi preso em 1971 e condenado a 18 meses de prisão, tendo sido libertado da Cadeia de Peniche 1 de janeiro de 1973.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, integrou diversos organismos do seu Partido a nível empresarial, local e regional, integrando à data do seu falecimento a Comissão Concelhia de Almada e da Comissão de Freguesia da Cova da Piedade do PCP.

Quadro destacado e respeitado por todos, José Revés é exemplo de dedicação militante, não apenas pela sua experiência de vida e tarefas assumidas, mas também porque era um homem de exemplo na prática.

Rigoroso defensor da justiça social, da vida com dignidade e do trabalho com direitos, revelou permanente preocupação com as questões pessoais e sociais, valorizando o trabalho coletivo, a generosidade e a firmeza. Com elevado sentido de responsabilidade na execução das tarefas que assumia, empenhou-se, até ao último dos seus dias no trabalho de estímulo permanente de ligação aos interesses e anseios dos trabalhadores e do povo, que, confiava, um dia irão transformar a sociedade acabando com os explorados e oprimidos.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere expressar a toda a família de José Inácio Coelho Revés, a todos os seus muitos e muitos amigos e camaradas, ao Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e à CGTP-IN, e ao Partido Comunista Português, as mais sentidas condolências pelo desaparecimento físico do Homem Bom que foi, que é, José Revés, na convicção profunda de que deixará connosco o exemplo de uma vida inteira dedicada à construção para todos de uma sociedade e de uma vida mais digna, mais justa e mais humana, pela qual lutou toda a sua vida."

6.1.2- Pelo Falecimento de Nuno Portas apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS).

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Assembleia Municipal de Almada manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Nuno Portas, arquiteto, urbanista, professor universitário, crítico, vereador na Câmara Municipal de Gaia e militante do Partido Socialista, cuja vida foi dedicada à construção de uma cidade mais justa, democrática e inclusiva.

Figura incontornável e multipremiada da arquitetura e do pensamento urbano em Portugal, Nuno Portas foi um dos principais impulsionadores do programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), uma iniciativa pioneira que, no rescaldo do 25 de abril, colocou os moradores no centro dos processos de reabilitação e construção dos seus bairros. Este programa representou um momento único de participação cívica e emancipação social na história do urbanismo português, e reflete o compromisso profundo de Nuno Portas com o direito à habitação digna para todos.

Enquanto Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo, académico, investigador e cidadão, Nuno Portas contribuiu decisivamente para a modernização das políticas urbanas em Portugal e para a valorização do espaço público como lugar de encontro, de diversidade e de cidadania. Mas não deixou de pensar e de manter um espírito irrequieto, mas, sobretudo, crítico.

A sua obra, o seu pensamento e o seu exemplo continuarão a inspirar todos os que, em Almada e no país, acreditam que as cidades devem ser feitas com as pessoas e para as pessoas. E, sobretudo, para os que, como Nuno Portas, acreditam que tudo é possível.

Do Centro Histórico de Guimarães à Expo, a obra de Nuno Portas atravessa o país, porque a sua figura, tal como escreveu o seu filho Paulo Portas, a propósito do doutoramento Honoris Causa em 2020 pelo ISCTE, transformou-se num nó da história do urbanismo. E não esquecer, claro, a obra e contributos que deixa em Almada, como o anteprojecto da Igreja do Coração de Jesus, ao lado de Nuno Teotónio Pereira.

Neste momento de grande perda para o país, conforta saber que o município tem um pouco deste cidadão e homem livre. A Assembleia Municipal de Almada apresenta a todos os familiares e amigos as mais sentidas condolências, associando-se à sua dor."

6.1.3 – No debate usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).



6.1.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É com muita emoção que me dirijo hoje para prestar homenagem a uma figura absolutamente ímpar da nossa cultura, mas não apenas da nossa cultura, do nosso ser coletivo.

Nuno Portas, aliás, começou como crítico de cinema, mas era um arquiteto, era um urbanista, foi também resistente antifascista, mas era sobretudo, alguém que acreditava profundamente, que as cidades não eram um amontoado de peças arquitetónicas soltas, que as cidades eram feitas com e para as pessoas. Era um espírito muito livre, era um espírito reformista, é verdade, era impetuoso, era direto, era muito sincero, defendia muito arduamente as suas ideias e as suas opiniões, mas sobretudo tinha uma coisa extraordinária, era o amor aos territórios e às pessoas que nele habitam.

Tive o imenso privilégio de cruzar com o Nuno Portas, numa idade ainda muito pequenina e de aprender muito com este grande Senhor e sobretudo aprender os princípios pelos quais se regia todo ao longo da sua vida. Portanto, temos a sorte também e confesso que a nossa Igreja nova de Almada, que o projeto final é assinado por Nuno Teotónio Pereira, mas é bom saber que o anteprojeto também tem a assinatura de Nuno Portas. E era tão visionário, foi Secretário de Estado do primeiro Governo provisório logo a seguir ao 25 de Abril, eu acho que ele era tão ousado, e tão visionária que durante um tempo, acharam que os seus projetos eram quase irrealistas. Hoje, cinquenta anos depois, acho que devemos visitar, porque de facto, ele estava muito à frente do seu tempo. Eu acho que todos nós portugueses, todos nós autarcas, devemos muito a pessoas como o Nuno Portas, mas também a uma geração de ouro, que era a dele e que era também de Nuno Teotónio Pereira e de todos aqueles intelectuais e artistas, que no após revolução, se dedicaram com amor e todo o talento, a fazer crescer uma democracia que fosse partilhada por todos.

Em nome da Câmara Municipal, quero naturalmente também, prestar as minhas condolências à família, aos amigos e a todos aqueles que vão ter muitas saudades de Nuno Portas.”

6.1.4 - Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.1.4.1 – O voto de pesar pelo Falecimento de José Revés foi aprovado por unanimidade.

6.1.4.2 – O voto de pesar pelo Falecimento de Nuno Portas foi aprovado por unanimidade.

6.1.5 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – Para apresentarem declarações políticas nos termos da alínea e), n.º 2, do art.º 44, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos a pouco mais de dois meses das eleições autárquicas.

É curioso, ou talvez não tanto, observar que, de repente, a Câmara Municipal de Almada acordou.

Até o CROA, que a Câmara Municipal apresentou, e cujo projeto perdeu e reformulou, regressa agora no fim do segundo mandato.

Continua a faltar o incinerador animal que o CHEGA propôs e que ia ajudar a tornar o projeto autossustentável. Mas quem não sabe, simplesmente não sabe, mesmo que passem oito anos.

Aumenta o número de inaugurações, surgem contratos-programa para todos os setores, multiplicam-se os apoios, as visitas e as promessas.

Até as feiras locais, durante anos ignoradas, passam agora a contar com a presença da Senhora Presidente. Presença essa que, infelizmente para si, não foi recebida com aplausos, mas com assobios, críticas e apupos vindos de almadenses cansados, que já não se deixam enganar por promessas de última hora.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Almada acordou e acordou para a realidade.

A realidade de que, oito anos depois, os problemas continuam ou agravam-se.

A realidade de que as promessas feitas foram esquecidas, e as decisões tomadas foram, muitas vezes, contra os interesses da população.

Permitam-me recordar alguns exemplos:

O CHEGA apresentou nesta Assembleia uma proposta clara e objetiva para a criação de uma rotunda no acesso à PSP do Pragal. Todos os que conhecem o local, percebem a necessidade e sabem que a própria PSP já manifestou esse desejo.

E o que fez o Partido Socialista? Votou contra.

Pois bem: a rotunda está feita. Já lá circulámos. Já vimos com os nossos próprios olhos. E quem tinha razão? O CHEGA.

Tal como votaram contra a proposta do CHEGA de construção do túnel entre Algés e Trafaria.

E os almadenses que passam horas parados no trânsito da Ponte 25 de Abril não percebem porquê.

Tal como chumbaram nesta Assembleia Municipal a proposta de remoção do pórtico da Queimada, na A33, que obriga todos os dias os Charnequenses a pagar portagens só para sair ou entrar da sua Freguesia.

Até a tentativa do CHEGA de combater a criminalidade com a criação de um grupo de trabalho para a implementação de videovigilância no Concelho foi chumbada.

Este é o Partido Socialista que Almada tem. Um PS hipócrita. Que vota contra o que defende. Que vota contra aquilo em que acredita. Que vota contra, por puro combate político, mesmo quando sabe que a proposta está certa.

Um PS que não está aqui para servir a população, está aqui para travar o CHEGA.

E quem cá está apenas para combater outros partidos, e não para resolver os problemas reais das pessoas e do Concelho, não merece cá estar.

Mas os almadenses veem, os almadenses lembram-se e os almadenses já perceberam que existe alternativa.

Uma alternativa que não tem medo de dizer a verdade. Que não tem medo de enfrentar a máquina instalada.

Que não tem medo de defender os interesses do Concelho, mesmo contra a maré.

Por isso, hoje, a mensagem que aqui deixamos é clara:

Almada sem medo, sem medo da mudança, sem medo do progresso, sem medo de romper com décadas de gestão socialista e comunista que atrasaram o nosso Concelho, sem medo de enfrentar a propaganda, mesmo quando vandalizam os nossos cartazes, sem medo de limpar as ruas e acabar com a sujidade que cobre Almada, sem medo de resolver a habitação e acabar com a especulação. Sem medo de enfrentar os lóbis, os vícios e os jogos de bastidores, sem medo de acabar com os concursos falhados e o compadrio partidário, sem medo de dizer que Almada merece mais e merece melhor.

O CHEGA é hoje a verdadeira alternativa. Somos a força política que denunciou o abandono da Costa de Caparica. Que expôs o ridículo dos concursos públicos falhados, como o das paragens de autocarro, ou de tantos outros em branco por erros da sua conceção.

Que alertou para a destruição do mercado da habitação com políticas erráticas e sem visão. Que alertou para o fibrocimento que ainda existe nos Mercados Municipais.

Que defendeu os agricultores da Costa, quando mais ninguém o quis fazer.

E, acima de tudo, fomos nós que estivemos, e estamos junto das pessoas.



Não em estúdios de televisão, não em inaugurações de fachada, mas na rua, nos bairros, nas Freguesias a ouvir, a anotar, a intervir.

A 12 de outubro, os almadenses terão a oportunidade de decidir:

Entre mais do mesmo, ou a coragem de mudar, entre a propaganda de véspera, ou um projeto sólido e preparado. É esse o compromisso, é isso que continuaremos a afirmar sem hesitações.

Por Almada, pelos almadenses, por uma Almada sem medo.”

6.3 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, art.º 51, do Regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE) e a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS).

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dizer que, no mínimo é deselegante a Senhora Presidente da Câmara Municipal ausentar-se na altura em que estamos a fazer uma declaração política e a nossa declaração política incide exatamente, sobre afirmações da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros.

Portanto, estar a falar sem cá estar, não me parece muito bem. Parece-me aliás, de mau gosto, de mau tom, não estar presente enquanto os Deputados Municipais estão a fazer declarações políticas.”

6.3.2 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

Senhor Presidente, senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Deputado Municipal está tão incomodado com essa questão, mas se quiser que o Partido Socialista faça agora uma intervenção de forma a dar tempo que a senhora Presidente chegue à sala, é como entender.

Contudo, parece-me que, o executivo é um grupo coletivo e não uma Presidente de Câmara, e eu também acho que, o facto de não querer fazer a sua intervenção desprestigia o papel de todos os Vereadores que estão aqui sentados nesta mesa.”

6.4 – Na continuação da apresentação de declarações políticas nos termos da alínea e), n.º 2, do art.º 44, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, dizer-lhe apenas que, sendo uma declaração em que a Senhora Presidente de Câmara é visada, de facto, convém estar a Senhora Presidente e não o resto dos Senhores Vereadores, penso eu, na minha infinita ignorância.

Começo esta minha intervenção com uma inevitável reflexão sobre os oito anos de governação do Partido Socialista neste Município.

Oito anos marcados por muitos projetos anunciados, muitas promessas feitas, mas infelizmente, na sua maioria, nada mais do que isso:

Intenções não concretizadas, anúncios que ficaram no papel, promessas adiadas, esquecidas ou simplesmente abandonadas.

Durante sete anos, o Partido Socialista governou com o apoio da direita. Isto não é um detalhe, é uma escolha política.

Uma aliança com o PSD que foi usada para bloquear propostas à esquerda, esvaziar medidas progressistas e até para se apropriar, de ideias que eram nossas, como a proposta da taxa turística.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Fizemos repetidos alertas para a crise na habitação, que em Almada, como em todo o país, se tornou insustentável.

Apontámos o dedo à especulação imobiliária, alertámos para o brutal aumento dos preços de venda e arrendamento.

Mas não ficámos só na denúncia. Trouxemos propostas, com soluções concretas para esta Assembleia Municipal, e fizemo-lo ao longo dos quase oito anos de governação do Partido Socialista.

- Reserva de 25% dos fogos a custos controlados nos novos empreendimentos;
- Programas municipais de apoio ao arrendamento jovem;
- Ampliação do parque habitacional público;
- Reabilitação do edificado municipal devoluto.
- Propostas sólidas, necessárias e justas., que foram sistematicamente recusadas pelo executivo PS/PSD.

Em cada orçamento, em cada votação, foi mais que evidente a opção deste executivo por não responder à emergência habitacional, à crise climática ou ao subfinanciamento crónico dos serviços públicos municipais.

E quando o PSD decidiu romper a aliança, o que vimos, foi um executivo do Partido Socialista a vitimizar-se.

A dramatizar o chumbo do orçamento, como se estivesse a ser alvo de uma conspiração injusta.

Mas já agora, importa lembrar, que não foi o acaso que criou essa instabilidade. Foi a escolha deliberada de governar com a direita.

E agora o Partido Socialista recusa-se a assumir os custos políticos dessa escolha, como se os únicos prejudicados, ou como se as únicas vítimas, não fossem, mais uma vez, os almadenses. sobretudo os mais frágeis, os que hoje não têm alternativa senão viver na rua ou construir barracas sem qualquer dignidade.

E é neste quadro, Senhora Presidente Inês de Medeiros, que não podemos calar-nos, perante a atuação cruel e violenta, a que assistimos nos últimos dias em Loures.

O Bloco de Esquerda fez o que se impunha, apresentámos um voto de condenação em reunião de Câmara no passado dia 21, sobre a destruição de casas precárias pelos autarcas de Loures e Amadora, empurrando famílias para a rua ou obrigando-as a viver em tendas.

E qual foi a resposta da Senhora Presidente?

Não foi um apelo à proteção dos direitos humanos, não foi uma palavra de solidariedade com as famílias desalojadas. O que ouvimos foi um ataque ao nosso voto e à nossa indignação.

Disse que “não era o espaço para o debate”, que “era perigoso abrir este precedente”.

Mas perigoso, Senhora Presidente, não é condenar abusos de poder. Perigoso é o silêncio. Perigosa é a cumplicidade.

É profundamente lamentável, mas talvez não surpreendente, que tenha escolhido defender Ricardo Leão, Autarca de Loures, seu camarada de partido, em vez de defender estas famílias que ficaram literalmente sem teto, e foi esse o lado que a Senhora Presidente escolheu

E depois ainda tem a coragem e a ousadia, de dizer que o nosso voto de condenação vai contribuir para agravar o problema que temos em mão, o problema da habitação.

Não, Senhora Presidente, o que agrava o problema são as políticas que o Partido Socialista insiste em seguir.

É a recusa em investir na habitação pública, é a rendição à especulação, é tratar um drama social como se fosse um caso de polícia.

Hoje, até a classe média já está afastada do mercado. E o que sobra para os mais pobres? o despejo.



Termino sem ambiguidades: a sua intervenção foi indigna. Perante uma violência institucional, escolheu o lado do poder, e não o das pessoas.

O Bloco de Esquerda, de forma firme e inequívoca, reafirma: estaremos sempre do lado dos desfavorecidos e dos oprimidos.

Enquanto tivermos um único eleito, em qualquer órgão, não deixaremos de dar voz a quem é silenciado. A Senhora Presidente mostrou de que lado está, nós sabemos de que lado estamos.”

6.5 – Para Defesa da Honra nos termos do N.º 1, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6.5.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É só para clarificarmos aqui uma questão.

Eu gosto muito que o Senhor Deputado Municipal José Rocha insista na minha presença, mas tanto quanto eu sei, já me foi várias vezes lembrado, supostamente não se responde a uma declaração política, que cada um faz a que entende.

Mas as Sessões são gravadas e terei todo o gosto em ir ouvir a sua declaração política, e sabe que gosto de o ouvir, mesmo quando não concordo de todo com o que o Senhor Deputado está a dizer.

Portanto, com toda a amizade e respeito, espero que eu o tenha inspirado na sua oratória, mas não precisava de estar aqui para que o Senhor Deputado Municipal pudesse fazer a sua declaração política.

Claro que, omitiu aí uma pequena parte que todos nós até reconhecemos, que seria um precedente bastante estranho, nós aqui em Almada, passarmos a fazer votos de condenação de Municípios vizinhos. Até a própria CDU aqui reconheceu, que acho que seria a primeira vez que acontecia entre Municípios, um Município fazer um voto de condenação de um Município ao lado. E também deixamos claro, que não iríamos sequer discutir a substância porque a própria forma nos parecia muito pouco adequada. E continuo a afirma-lo com toda a certeza, não sei me apetece, daqui para a frente, aconteça o que acontecer nas eleições, seja quem for que ganhe o novo quadro autárquico, se acho bem que Municípios vizinhos venham fazer votos de condenação sobre uma atuação de Almada que é completamente autónoma, justamente graças à autonomia do Poder Local Democrático.

Mas espero o ter aconchegado na sua declaração política estando aqui.”

6.6 – Para Defesa da Honra nos termos do N.º 1, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS).

6.6.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na qualidade de líder do Partido Socialista, é para fazer uma defesa da honra ao Partido Socialista.

Nós temos estado nos últimos tempos, especialmente, a invocar demasiadas figuras regimentais que nos permitem usar da palavra. E por vezes utilizamo-las até de forma somente para poder intervir. E eu utilizei esta figura regimental, poderia ter utilizado qualquer outra, podia ter pedido a palavra para fazer uma declaração política, mas eu acho que é muito importante, que todos nós possamos defender aquilo que é a nossa democracia e aquilo que é o papel dos partidos políticos naquilo que é o nosso sistema democrático. E não podemos andar constantemente a permitir, que alguns autarcas ou alguns políticos, que são tão políticos, tão autarcas e tão elementos de partidos como eu sou ou como todos nós que aqui estamos somos, que destrata o seu igual neste caso, não somos iguais e acho que isso é notório para toda a gente. Com o tipo de linguagem que o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes do CHEGA faz constantemente.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Para que fique bem claro, o Partido Socialista, ao longo destes oito anos em que esteve no poder em Almada, sempre se primou pela coerência daquilo que são as suas decisões, e as suas decisões nem sempre são fáceis, porque voltando um bocadinho atrás, em 2017, quando o Partido Socialista ganhou as eleições pela primeira vez, convidou todos os partidos representados na Câmara Municipal, a fazer parte do seu executivo com responsabilidades políticas e executivas. Só um partido respondeu afirmativamente considerando aquilo que, obviamente, seria a coerência e o espelhar dos resultados eleitorais.

Portanto, também vir aqui dizer que quando vocês estiveram e quando vocês fizeram, também é muito fácil dizer quando no momento exato alguns também não quiseram assumir responsabilidades.

Mas, respondendo diretamente aquilo que o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes referiu, o Partido Socialista em todas as posições que tomou e todos os votos que fez aqui nesta Assembleia Municipal, explicou porque é que votaria de determinada forma. e o Senhor pode dizer que é como aqui afirmou, que o Partido Socialista não é coerente e que vota contra determinados documentos só porque são propostas do CHEGA. Mas aqui que não diz, é porque é que o CHEGA apresenta essas propostas. Porque apresenta de forma oportunista e o Partido Socialista não dá azo a que isso aconteça. Nós dissemos várias vezes, que não somos nem seremos especialistas em mobilidade para definir se uma rotunda deve ser aqui ou cem metros ao lado, ou dois quilómetros ao lado, ou não existir, e que obviamente que sabemos que quando a Câmara Municipal já está a terminar a desenvolver determinado projeto, aquilo que o CHEGA muitas vezes faz, é tentar vir aqui recolher propostas unânimes e dizer: "veem, nós é que estamos aqui a fazer estas propostas todas". Mas sabe, há muitas pessoas aqui nesta sala, muito antes da vinda e da chegada do CHEGA a esta Assembleia Municipal, já defendiam muitas das propostas que o Senhor só agora descobriu que existem e que só as repete porque percebe que de alguma forma dão resposta de forma unânime, aquilo que são as reivindicações das populações. Mas nós não trabalhamos dessa forma, nós trabalhamos com responsabilidade e continuaremos a fazê-lo com muito orgulho e com a consciência de que, a coerência dos nossos atos políticos e o tratamento correto para com o outro, é fundamental para que o nosso sistema democrático continue a ser saudável e que eu tudo farei para que assim permaneça aqui no Concelho de Almada."

6.7 – Para Defesa da Honra nos termos do N.º 2, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

6.7.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria apenas relembrar a Senhora Deputada Municipal, já que cá anda há tanto tempo, devia quando pede a figura regimental da defesa da honra, devia indicar qual é a intervenção das que foram feitas, que lhe feriu a honra. Porque se já cá está há tanto tempo, já devia saber que é isso no Regimento que nós temos que identificar, qual é o pedido, qual é a proposta, qual é o ponto.

Por isso, tantos anos para cá estar, e não saber como é que funciona o Regimento, eu recomendava-lhe de ler, tenho-o aqui, se quiser posso lhe emprestar no fim da reunião.

Relativamente às propostas do PS, que já apresentou, cinquenta anos do PS, apresentou tudo, não fazem nada. Esta é a realidade, esta é a dura realidade. Tiveram cinquenta anos para mudar o país, tiveram oito anos para mudar este Concelho, o que é que conseguiram? Uma mão cheia de nada. E é isto que vêm se gabar que os outros apresentam propostas semelhantes. Claro que são propostas semelhantes, são propostas que a população, quem está ali atrás, quem nos está a escutar, precisa, exige, quer e é isso que nós defendemos. Defendemos o que é bom para a população sem guerras ideológicas, que a população está em primeiro. E é algo que claramente, este PS, já se esqueceu há muito tempo."

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Proposta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo para apoio à Atividade Desportiva a desenvolver nas Instalações Desportivas Municipais, na época desportiva 2025/2026";



7.1.1 – Para apresentar a proposta usaram da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

7.1.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

“Senhor Presidente, senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, já vão dizer que nós vamos estar a carpir, a queixarmo-nos, mas nós temos aqui uma série de propostas, que só têm que vir aqui à Assembleia Municipal, de facto, devido ao chumbo do Orçamento. Porque se o Orçamento não tivesse sido chumbado, tudo isto já podia estar em andamento. Mas como tem ou encargos plurianuais que não foram autorizados, ou é um montante acima, de facto, temos uma série de propostas que estão aqui bloqueadas à espera de uma Assembleia Municipal.

Portanto, isto não é carpir, isto é só dizer a verdade aos almadenses, que são propostas que são fundamentais, que são as propostas que estavam no Orçamento, e que de facto, toda a oposição se juntou para chumbar, exceto o PAN, mas o resto da oposição se juntou com um único intuito, é que a gente não pudesse fazer nada. Mas como nós somos bastante determinados, pode demorar, pode ser um pouco mais complexo, mas fazemos à mesma. E depois podem vir dizer, que estamos a fazer porque é para as eleições, mas por nós já tínhamos feito a partir de janeiro ou fevereiro, mas por vontade desta Assembleia Municipal, só podemos trazer agora.”

7.1.1.2 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta é uma proposta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo para o enquadramento técnico de todas as atividades desportivas que acontecem nas instalações municipais, que não sejam atividades aquáticas, portanto as piscinas. Estamos a falar de todas as aulas de dança, karaté, todas as atividades. Nas últimas épocas desportivas tem existido um contrato-programa com uma entidade que é o Karaté Clube da Margem Sul, com vista ao desenvolvimento de todas essas aulas de grupo nas diferentes tipologias, o atual contrato vigora até 31 de julho, e aquilo que estamos a propor é a celebração de um novo contrato-programa precisamente para os mesmos efeitos, com uma duração semelhante e com um valor semelhante e que tem aqui uma dimensão plurianual e por esse motivo tem que vir aqui a esta Assembleia Municipal.”

7.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes (encontrando-se fora da sala o Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS) Presidente da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, em conjugação com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, aprova os encargos plurianuais para apoio à Atividade Desportiva a desenvolver nas Instalações Desportivas Municipais, na época desportiva 2025/2026, no valor global de 133.901,39 € (cento e trinta e três mil, novecentos e um euros e trinta e nove cêntimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 7 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-226-DGED.

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Cedência de Instalações Desportivas em Equipamentos Escolares para a Época 2025/2026 – Reprogramação financeira do plano orçamental e alteração orçamental”;

7.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS).

7.2.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta diz respeito à cedência de instalações desportivas em equipamentos escolares.



[Handwritten signatures]

Sublinhar um dado que dei há pouco noutra intervenção, que é há cerca de dois ou três anos, o Município tomou uma decisão na sequência da passagem das competências na área da educação para o Município, de aumentar brutalmente, por via da utilização dos equipamentos escolares, aumentar brutalmente o número de horas cedidas aos clubes. Portanto, aquilo que fizemos foi pegar em todos os pavilhões disponíveis, pavilhões municipais e escolares e ceder a todo o movimento associativo desportivo, aos clubes. E aquilo que fazemos é uma cedência gratuita. Ora, o que é que se passa? A Lei no caso dos pavilhões escolares obriga-nos a cobrar, nós temos que cobrar. Portanto, a forma que arranjam tecnicamente para não cobrar aos clubes, é ter que fazer aqui uma espécie de contrato-programa em que no fundo nós somos obrigados a cobrar ao clube, mas nós na verdade isentamos, portanto, temos que pôr esse dinheiro alocado a um fundo, é uma obrigação legal, mas no fundo o Município está aqui a ter uma despesa, tem que ser alocada a um fundo para reabilitação de equipamento escolar, mas fazemos a cedência gratuita a todos os clubes, porque achamos que isso é muito importante e isso permitiu aumentar em muito o número de horas de prática desportiva, porque nós temos um grande objetivo do ponto de vista estratégico, pôr mais gente a fazer desporto e por isso também apostamos muito, é uma estratégia para ter mais clubes, mais atletas a praticar desporto.”

7.2.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes (encontrando-se fora da sala o Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS) Presidente da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a reprogramação financeira do plano orçamental e alteração orçamental para cedência de instalações desportivas em equipamentos escolares para época 2025/2026, no montante global de 338.640,00 € (trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e quarenta euros), nos precisos termos da deliberação camarária de 7 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-225-DGED.

7.3 – Entrou-se no ponto 3.3 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de celebração de Acordo de Colaboração entre o Município de Almada e o AE Francisco Simões para requalificação das instalações sanitárias e adaptação a utilizadores de mobilidade reduzida na EBS Francisco Simões – apoio financeiro de 34 625,85€”;

7.3.1 – Para apresentar a proposta usaram da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS);

7.3.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É mais uma reprogramação financeira, esta relativamente a uma proposta de celebração de um acordo entre o Município e o Agrupamento de Escolas Francisco Simões, para a requalificação das instalações sanitárias e das condições de mobilidade.

Sabemos bem que temos vindo paulatinamente, a requalificar aquilo que eram os aspetos mais difíceis em quase todos os equipamentos, lá chegaremos a todos.

Portanto, esta proposta é apenas a reprogramação financeira deste contrato de colaboração.”

7.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes (encontrando-se fora da sala o Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS) Presidente da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a reprogramação financeira plurianual do plano orçamental para celebração de acordo de colaboração entre o Município de Almada e o AE Francisco Simões para requalificação das instalações sanitárias e adaptação a utilizadores de mobilidade reduzida na EBS Francisco Simões no valor



total de 34 625,85 € (trinta e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco euros, e oitenta e cinco cêntimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 7 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-252-DPGRE.

7.4 – Entrou-se no ponto 3.4 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Ratificação Despacho Adenda Continuidade Resposta Acolhimento Noturno para PSSA”;

7.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS);

7.4.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É mais uma reprogramação financeira, esta relativamente a uma adenda ao contrato da resposta que temos de acolhimento às pessoas em situação de sem abrigo. Penso que não é preciso acrescentar muito mais à importância desta resposta social que criamos já em 2020, e que temos vindo sempre a melhorar e que a caminho vamos de poder ter uma resposta noturna e uma diurna com formação profissional, que é aquilo que aguardamos do projeto que temos na Segurança Social.”

7.4.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes (encontrando-se fora da sala o Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS) Presidente da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a reprogramação financeira plurianual do plano orçamental para a ratificação do despacho de Adenda à continuidade da resposta de acolhimento noturno para pessoas em situação de sem abrigo - PSSA, nos precisos termos da deliberação camarária de 7 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-271-DIAS.

7.5 – Entrou-se no ponto 3.5 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Municipal de Redução de Ruído”;

7.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

7.5.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

“Senhor Presidente, senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Planos Municipais do Ruído, são elaborados ao abrigo do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual.

Os Planos Municipais de Redução do Ruído, em articulação com os mapas de ruído e a carta de classificação de zonas, permitem identificar as áreas do Município, nas quais os níveis de exposição ao ruído, ultrapassam os limites legais estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído.

Definir as necessidades primárias de redução do ruído e selecionar e implementar as medidas de redução sonora prioritárias, quando a causa e incumprimento é da responsabilidade do Município.

A proposta de Plano Municipal de Redução de Ruído de Almada, foi elaborada com o acompanhamento de todos os serviços, nomeadamente, do planeamento, mas também das obras. E com a sua validação técnica e estratégica, da Consultora Técnica MONITAR, Lda.

Eu quero deixar claro que neste Regulamento Geral de Ruído, às vezes as pessoas quando veem isso, acham que é o ruído dos restaurantes, dos cafés, das discotecas, não é! É o ruído permanente essencialmente devido aos carros, aos aviões, às infraestruturas pesadas. Portanto é um plano essencialmente técnico.

O Plano Municipal de Redução do Ruído, teve por base o mapa do ruído elaborado em 2021, aprovado na reunião de Câmara de 19 de julho de 2021, e é um elemento que integra a nova proposta do Plano Diretor Municipal de Almada, após a sua publicação.



(Handwritten signatures)

Foram identificadas um total de cento e trinta e três zonas de conflito, das quais o Município de Almada é diretamente responsável por cento e vinte e quatro. Nestas zonas verifica-se uma exposição excessiva ao ruído, sobretudo, de origem rodoviária e ferroviária, tendo sido propostas medidas de minimização, adaptadas a cada zona de conflito, tendo sido prioridade de intervenção a zonas com incidências com os limites legais superior a 5 db.

O PMRR assume-se como um instrumento para o compromisso de todas as entidades envolvidas de redução dos níveis sonoros, a uma população estimada de 25.398 (vinte e cinco mil trezentas e noventa e oito) pessoas. O PMRR já foi trabalhado por diferentes unidades orgânicas, tendo sido apresentadas medidas de redução concretas que foram avaliadas também por diversos serviços municipais.

O que propomos é naturalmente, a aprovação deste plano. Eu volto a dizer, como os Senhores Deputados Municipais podem verificar, é um plano essencialmente técnico, e por isso é que tivemos que recorrer a uma consultora externa e que, o que nos obriga é, sempre que formos melhorando o espaço público ou sempre que formos planeamento ou intervenções temos que ter em conta este plano que não existia em Almada, mas que agora estou certa, será um instrumento importante, para podermos inclusivamente, fazer o nosso planeamento de obras estruturais no Município.”

7.5.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 26 votos a favor, sendo 15 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, (encontrando-se fora da sala o Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS) Presidente da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Plano Municipal de Redução de Ruído, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-258-DPGA.

7.5.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), nos termos da alínea e) n.º 1, do artigo n.º 14, do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou um requerimento solicitando a retirada da proposta do ponto 3.6 da ordem de trabalhos sobre “Projeto de Regulamento Agroparque Terras da Costa e do Mar - Aprovação do relatório de ponderação e envio da versão final do regulamento para a Assembleia Municipal” .

7.5.4 – O Requerimento posto a votação do Plenário, foi rejeitado por maioria com 21 votos contra, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 17 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP.

7.6 – Entrou-se no ponto 3.6 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento Agroparque Terras da Costa e do Mar - Aprovação do relatório de ponderação e envio da versão final do regulamento para a Assembleia Municipal”;

7.6.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

7.6.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Já muito se falou aqui deste Regulamento. Eu vou tentar ser breve, embora, seja difícil com um Regulamento que é extenso e que diz respeito não apenas à questão das terras, mas também tem um projeto maior que felizmente, graças aquilo que foram fundos europeus nas Comunidades em Ação, antigamente chamavam-se Comunidades Desfavorecidas, permitiu que nós investíssemos 3.000.000.00€ (três milhões de euros) nas Terras da Costa, algo que nunca aconteceu.

Há obras que já estão em curso e há uma série de projetos que nós podemos levar a cabo, há uma série de ações de formação que já foram feitas, há uma vontade de continuar esse esforço de formação, vai ser criado um espaço próprio para essas ações mas também uma zona de incubação e o mais importante de tudo, todo o trabalho em torno da criação de uma marca chamada “Produtos das Terras da Costa e do Mar” que reconheça e valorize a produção que é feita nas Terras da Costa.

Como eu comecei a ler, o Agroparque tem vários objetivos.

O primeiro deles, não haja dúvida, é a qualificação ambiental e sobretudo a dignificação das populações residentes, acabando com a precariedade das ocupações indevidas. Que é algo que impede qualquer agricultor que lá esteja de registar a sua atividade, de poder concorrer a apoios, de ter uma série de ações de formação que foi algo que foi muito pedido.

Outro objetivo é alavancar a produção local, projetando naturalmente, uma atividade sustentável com futuro.

Queremos também promover a qualificação e a empregabilidade, não é uma agricultura biológica porque não há condições para o fazermos, mas é uma agricultura que tende a ser cada vez mais sustentável e podemos desta forma também acompanhar os agricultores.

Concretizar a oportunidade de novos negócios tirando partido da marca e deste aspeto diferenciador.

Fomentar uma economia local, circular, e cadeias curtas que é algo que também foi muito pedido, podemos criar mercados específicos, no caso dos pescadores, podemos criar também aqui um sistema de cabazes que é algo que os pescadores também têm pedido muito.

Trazer as comunidades da Costa da Caparica, para retirar esta ideia das comunidades desfavorecidas que é onde está a Costa da Caparica e poder criar justamente melhores condições para estas comunidades, aprofundar o espírito da comunidade através da criatividade, da cultura, do desporto, do ambiente, portanto inserir, fazer aqui de facto, uma verdadeira comunidade a vários níveis e envolver novas gerações.

Vou passar aqui um bocadinho as várias etapas, mas há uma coisa que é importante, que é este Agroparque vai estar desde já integrado numa rede metropolitana chamada FUDLINK, que é para podermos criar, e há vários Municípios e nós estamos a ser dos primeiros, mas há vários Municípios que estão a criar Agroparque, e esta rede FUDLINK tem de facto como propósito, criar circuitos de venda, de escoamento de produtos de forma mais ágil, mais justa e que os nossos produtores estejam menos sujeitos às grandes superfícies, porque passam a ter um produto diferenciador.

Houve uma série de ações importantes, naturalmente que pretendemos que continuem.

A criação de associações de agricultores, eu ouvi ainda há pouco dizer, que houve uma associação criada pela Câmara Municipal, não há uma associação criada pela Câmara Municipal, no projeto está previsto a criação de associações de agricultores. E está previsto porquê? E isto aliás, até foi debatido numa reunião nesta mesma sala, para quê? Para salvaguardar os direitos daqueles que já estão nas Terras da Costa. Pode haver uma, pode haver duas, obviamente, para nós Município, o ideal é que só houvesse uma. E que até e isto também foi conversado nas várias reuniões, é que se houver uma associação de agricultores que se vai consolidando, que se torna de alguma maneira solidária, nós até estamos disponíveis, quando houver capacidade para isso, até para poderem eventualmente, fazerem a própria gestão do Agroparque. Infelizmente, ainda estamos muito longe disso, mas isto foi claramente dito e este caminho tem que ser feito em conjunto.

Este processo foi lançado no dia 3 de fevereiro, na reunião de Câmara onde foi deliberada a criação de um grupo de trabalho, onde se realizaram as tais, íamos iniciar a consulta pública, porque todo um regulamento precisa



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

de uma consulta pública, mas houve propostas de várias forças políticas às quais nós acedemos, para criarmos um grupo de trabalho, onde a própria versão que iria a consulta pública, fosse já minimamente consensualizada. Não houve consenso em tudo, claro que não houve, era uma sessão de negociação, houve matérias onde nós chegamos a um consenso, como esta coisa dos prazos, havia quem quisesse trinta anos, acabamos por ficar nos quinze anos. Uns queriam trinta anos, outros queriam sete anos, que é o tempo normal do aluguer dos terrenos rurais, acertou-se mutuamente.

Depois deste trabalho, todas as forças políticas que lá estiveram e aquelas que não estiveram, é que se iniciou a consulta pública. E no âmbito da consulta pública, também houve uma série de contributos. Houve contributos naturalmente, das associações, das forças políticas só houve do PSD e do Bloco de Esquerda. Não houve mais nenhuma força política que fizesse a mais pequena proposta de alteração. O PS naturalmente, é normal que nós concertássemos com o PS. Mas de facto, é bom dizer que, em termos de forças políticas, que agora estão muito preocupadas e que querem novas conversações, os contributos na consulta pública foram zero. A CDU zero, o CHEGA zero, e, portanto, foi zero. As propostas de alteração foram zero.

Em contrapartida, é verdade, que estiveram em todas as reuniões preliminares e eu até achei normal, porque de facto, houve matérias que foram consensualizadas nas consultas preliminares. Portanto, pareceu-me normal. Ao todo foram sessenta e sete participações. Juntamente com a proposta têm toda a ponderação de cada proposta e têm inclusivamente, toda a fundamentação para as propostas que foram aceites, outras que foram parcialmente aceites, e outras que pura e simplesmente, não foram aceites e que vêm agora à votação. Mas eu posso dizer que foram mais aquelas que foram aceites, havia muitas propostas que eram redundantes porque até já lá estavam no regulamento.

Deixem-me só dizer-vos que, também houve propostas relativamente ao Agroparque, que era contra a extensão do metro. Ora, essa não foi aceite porque pura e simplesmente, não tem nada a ver com o Agroparque, nem com os agricultores, nem com coisa nenhuma, mas estava lá. Houve entidades que achavam que podiam pôr tudo e mais alguma coisa. Mas essas não foram, está lá e está explicado porquê.

Agora, eu acho que há uma questão muito importante. Eu sei que há uma questão essencial e que preocupa muito os agricultores, que é a questão do preço. O Regulamento não define preço e não define preço porque a definição do preço deve ir na tabela de preços que ainda terá que ser aprovada separadamente. Mas convém explicar que uma das razões principais, é que naquele terreno nós temos três tipos de solo. Temos os terrenos municipais, temos terrenos privados e temos terrenos do ICNF. É nossa intenção e já abordamos o ICNF e estava a avançar bem, só que, entretanto, a direcção do ICNF mudou e, portanto, nós queremos retomar com a nova direcção, para fazermos um protocolo para que pelo menos os terrenos municipais e do ICNF, todos eles contribuíssem para o Agroparque. Porque é que isto é importante? Porque há uma condição, é que as verbas, sejam elas quais forem, para já que sejam justas entre todas as entidades e temos inclusivamente privados, que estão de acordo em acertar os valores connosco, esses valores ainda têm que ser aprovados em Câmara e estão disponíveis para o facto. Mas o mais importante, é que as verbas que serão pagas revertem para o próprio Agroparque. Porquê? Porque houve muitas questões que foram levantadas, algumas já referi, algumas são as ações de formação, algumas são a possibilidade de terem acesso a engenheiros agrónomos e outras, até nalguns casos, poder haver aquisição de alguns equipamentos que não faz sentido cada um ter o seu, mas que passam a fazer parte daquela comunidade e deste projeto.

Depois há uma parte como sabem, foi também devido a este projeto que o Bairro das Terras do Lelo foi totalmente demolido e as famílias que lá viviam foram todas realojadas e eu sei houve muitos problemas com o entulho que entretanto também já foi penso eu, todo retirado e agora já estamos a fazer a obra, a requalificação dos caminhos, a criação de sinalização, obviamente, os carros não vão poder andar por ali a não ser dos moradores, aquilo é para ser pedonal exceto os moradores que têm que poder aceder às suas casas.

E também uma coisa muito importante, é poderem ter acesso a fundos, alguns deles são automáticos só por fazerem agricultura. Claro que isto também depende da quantidade de terra que trabalham. Mas há fundos para a agricultura que são automáticos desde que estejam devidamente regularizados e que nenhum dos agricultores tem acesso porque não tem uma licença válida para trabalhar naquelas terras.



A questão mais fundamental de todas e que mais debatemos, foi face ao concurso quais eram os critérios de preferência. E os critérios de preferência, eram em primeiro lugar, já ser agricultor das Terras da Costa, e pertencerem a uma associação. Isso foi algo que debatemos durante muito tempo.

Depois, o segundo critério é que mesmo que não façam parte de uma associação, mas comprovadamente já lá estão, por isso é que o registo era tão importante e por isso é que fizemos várias campanhas com pessoal no terreno a pedir para se registarem, dizerem onde é que estão a trabalhar, dizer onde é que estão a cultivar. Eu sei que houve gente que andou a dizer para não o fazerem, mas sabendo dos prejuízos que isso implica para todos aqueles que têm lá terras e que não se foram registar.

Depois, a terceira prioridade é serem da Costa da Caparica, a quarta prioridade é serem de Almada, e só por fim, é que é serem da Área Metropolitana.

Portanto, mais garantias do que aquelas que estão neste Regulamento, que as pessoas que já lá estão a trabalhar e que se tenham devidamente registado, e que os serviços tenham validado, no concurso essas pessoas têm naturalmente, na avaliação da proposta, critérios de majoração automáticos. Porque é mesmo um critério preferencial.

Mais importante também, há uma coisa que também foi pedida por muitos agricultores, que era uma zona para se poder fazer experiências, é a zona de incubação e de inovação. Ou seja, experimentar outro tipo de cultivo, outro tipo de produto, para ver se funciona ou não. Há uma zona que é municipal que não estava a ser cultivada e que vai ser de facto, a zona da incubação e da inovação e que tem um regulamento à parte, são pessoas que querem vir experimentar um certo tipo de batatas, um certo tipo de cenouras, o que for.

Assim como, uma coisa que é o eco edifício. O eco edifício vai servir para as ações de formação, o regulamento prevê ações de formação gratuitas, individualmente e outras coletivamente. Há um certo número de formações individuais gratuitas por ano, e há um certo número de formações coletivas gratuitas por ano.

Mas também pode haver outras necessidades, portanto, a estrutura do Agroparque pretende ter ali um posto de apoio e de acompanhamento a vários níveis.

A questão da água. Na proposta, nesta concertação que foi feita, a primeira versão que a Câmara Municipal tinha apresentado, era que a Câmara Municipal iria regularizar os poços de água a seu cargo. A proposta que nos chegou da associação é que passariam a ser os agricultores a fazê-lo e assim ficou na proposta que foi para consulta pública. O que é que aconteceu, entretanto? Nós fomos verificar junto à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, que é quem licencia poços, não é a Câmara Municipal. A Câmara Municipal não pode regularizar poços, nem licencia, nem cobra taxa nenhuma. Portanto, o que a APA disse foi que têm que ser as próprias pessoas a fazerem um contrato com a APA, nós estamos disponíveis para pagar o fluxímetro para podermos medir regulamente o nível da água, a história do contador é um contador de cada um dos proprietários. Mas o contador tanto quanto eu sei, não é a água que é paga, é a licença que é muito menor. Mas eu volto a dizer, isso é algo que é intransponível para a regularização dos poços, não passa pelo Município, não somos nós que licenciamos. Mas mesmo assim, e porque havia um compromisso, ou que está no regulamento, é que podemos pagar o primeiro licenciamento da regularização do poço, e mesmo que os agricultores tenham que avançar, serão ressarcidos por nós. Serão ressarcidos por nós, aqueles que naturalmente têm contrato connosco. Os que não têm contrato connosco nós podemos andar a ressarcir poços a quem não tem.

Por isso é que era importante, que houvesse um acordo com o ICNF, para a entidade gestora do Agroparque poder gerir a totalidade e criar condições de igualdade entre todos. Mas isso ainda não conseguimos com o ICNF, portanto, avançamos com aquilo que são os nossos terrenos. Porque o que nós queremos é regularizar a situação das pessoas que lá estão.

Já o disse várias vezes. Aquele terreno é um terreno que é REN e que é RAN, nada mais pode ser construído naquele terreno tirando uma linguazinha junto à estrada que é o único terreno urbano e mesmo as pessoas que tenham que sair dessa linguazinha, ficam garantidas de poder ter um terreno equivalente noutro sítio. Portanto, até aí fizemos para garantir que as pessoas não perdem direitos.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Ficou também e penso que não houve grandes propostas de alteração, mas podemos mostrar após a aprovação, aumentamos também o número de parcelas e de hectares que cada um pode ter. E isso também está lá definido.

Eu tenho todo o gosto porque não tenho tempo para apresentar tudo em detalhe, em vos explicar, porque é que é importante que isto seja votado hoje? Porque desta votação, desta criação, depende também os financiamentos aos quais nos candidamos. E muitos deles inclusivamente, que já pagamos e até já lançamos obra. E se a obra não estiver pronta, esta é a última Assembleia Municipal até setembro, depois entramos em período eleitoral e se isto não estiver aprovado até ao final do ano e a obra não estiver concluída, não há Agroparque e a Câmara Municipal tem que devolver as verbas que já investiu nos seus terrenos. E, portanto, isso não vai acontecer. Não vai acontecer porque as obras já estão em curso, o Bairro já foi demolido, as maiores despesas já foram feitas. E quando nós dizemos que queremos regularizar e permitir aos agricultores que regularizem os seus poços, poderem ser compensados e Câmara Municipal até pagar por eles, é também porque sabemos que temos verbas para isso.

Da mesma maneira até à conclusão do Agroparque, ninguém paga renda nenhuma. Se nós já tivéssemos aprovado o Agroparque o ano passado, se nós já tivéssemos tido isso tudo regularizado, eram dois anos sem pagamento nenhum e todos nós já podíamos ter melhorado muitas coisas.

Portanto, lamento muito que isto se tenha enredado em medos e desinformações, porque há uma realidade, os terrenos são municipais e nós queremos regularizar quem lá está. E Essa é uma realidade incontornável. E estamos a fazer tudo o que é possível para que possamos regularizar as pessoas que já lá estão. Ninguém é obrigado a concorrer, ninguém é obrigado a fazer parte do projeto como é obvio, mas então, não poderá estar nos terrenos municipais, porque o terreno é mesmo municipal.

Portanto, o que nós apresentamos aqui, é todas as condições para que as pessoas que estão em terreno municipal possam continuar de forma regular. Sem regulamento não o podemos fazer. Agora, não podemos regularizar os terrenos do ICNF, isso não podemos, compete ao ICNF e os privados são os privados, isso não há dúvida. E queremos fazê-lo o mais rapidamente possível, para que também os agricultores possam sentir os benefícios de não estarem numa situação irregular e passarem a estar numa situação regular."

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Reunião da Sessão Extraordinária de julho da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda numa Segunda Reunião, prevista para 29 de julho de 2025, pelas 21H15.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as Maria Teodolinda Silveira (PS), José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Alexandre Pacheco (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Nuno Matias (PSD), António Matos (CDU), Helena Azinheira (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU), Paulo Santos (CDU) e Jefferson Oliveira (BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de oitenta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1.º SECRETÁRIO _____

A 2.ª SECRETÁRIA _____

